



**RELATO DA XXV REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENO EXECUTIVO DA CAISAN**

**DATA:** 05 de maio de 2016

**HORÁRIO:** 14h30 – 17h30

**LOCAL:** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, Esplanada dos Ministérios, Bloco C, sala de reuniões nº 617.

**PAUTA**

- 1. 14:30 às 15:00 - Aprovação da pauta e da ata da última reunião da CAISAN -**  
Secretário Executivo da CAISAN – Arnaldo Campos.
- 2. 15:00 às 16:45 - Apresentação e Deliberação sobre o PLANSAN 2016-19.**
- 3. 16:45 às 17:00 – Apresentação de proposta de novo regimento da CAISAN.**
- 4. 17:00 às 17:30 - Informes**
- 5. 17:30 - Encerramento.**

Às 15h00, o Secretário-Executivo da CAISAN, Arnaldo de Campos, deu início à XXV Reunião Ordinária do Pleno Executivo da CAISAN, na presença dos representantes dos seguintes órgãos: MCTI, SEPPIR, CC/PR, MDS, CONSEA, FNDE/MEC, MS, MRE, MAPA, MPOG, MDA, MI, SDH e MF.

<b>ÓRGÃOS</b>	<b>REPRESENTANTES</b>
<b>MCTI</b>	Sônia da Costa
<b>SEPPIR</b>	Givânia Maria da Silva
<b>CC/PR</b>	Magaly Marques
<b>MDS</b>	Arnaldo de Campos, Juliane Perini, Carmem Priscila Bocchi, Patrícia Gentil, Pedro Romani, Marcel Esteves, Élcio Magalhães, Kathleen Machado, Ana Flávia Souza, Amanda Custódio



<b>CONSEA</b>	Marcelo Gonçalves
<b>FNDE/MEC</b>	Karine Silva dos Santos, Deborah Bosco, Solange Castro
<b>MS</b>	Michele Lessa
<b>MRE</b>	Milton Rondó
<b>MAPA</b>	Maria Albanita
<b>MPOG</b>	Rafael Luís Giacomin
<b>MDA</b>	Onaur Ruano
<b>MI</b>	Marcos Miranda
<b>SDH</b>	Aurélio Cepeda
<b>MF</b>	Gabriela Lopes Souto

### **1. Aprovação da pauta e da ata da última reunião da CAISAN**

Após aprovação do relato da XXIV Reunião Ordinária do Pleno Executivo, Arnaldo de Campos (SE-CAISAN) apresentou a pauta da reunião, aprovada pelos órgãos presentes. Antes de dar início à discussão do primeiro item, passou-se a uma breve análise sobre a conjuntura política pela qual passa.

### **2. Conjuntura Política**

Arnaldo de Campos (SE-CAISAN) externou o sentimento de desapontamento e indignação com o contexto atual e com a saída do atual governo da forma como está ocorrendo. Relembrou todas as conquistas sociais no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) desde 2003, a institucionalização da SAN em vários ministérios e também na consolidação federativa, além da forte participação social na sua construção. Explicou que a equipe social do governo federal será exonerada na próxima semana, colocando em risco a continuidade, a memória, o conhecimento, a experiência adquirida nos últimos treze anos. Ressaltou que, apesar das dificuldades orçamentárias, as políticas da SESAN estão todas sendo executadas e os pagamentos estão em dia, sendo que serão entregues dessa forma para a próxima gestão. Com exceção do alto escalão, a equipe dos ministérios permanecerá para fazer a transição.



Ponderou que o que foi alcançado até hoje será considerado referência (ponto de partida) para cobrar da próxima gestão que nada menos desse patamar seja admitido.

Destacou os programas executados pelo governo até então, citando a queda nos indicadores de desnutrição infantil, ampliação do acesso à água e o fortalecimento no acesso a políticas públicas das populações tradicionais e específicas. Afirmou que existe um mito de que a política social brasileira tem um custo muito alto, mas indagou qual seria o custo para o país se nada disso tivesse sido feito. Sendo assim, o gasto social seria um investimento com muito retorno, concluiu.

Milton Rondó (MRE) destacou o ganho internacional do Brasil nos últimos anos devido à Política de Segurança Alimentar e Nutricional, como a eleição de José Graziano para Diretor-Geral da FAO e depois a saída do país do mapa mundial da fome em 2014. Falou que o governo sairá de cabeça erguida com as conquistas do período. Destacou ainda as limitações da democracia brasileira e que o país tem enfrentado a desigualdade de renda com a participação social.

Maria Givânia (SEPPIR) salientou que o governo está sendo punido mais pelo que acertou do que pelo que errou, e que os erros do governo passam pelas escolhas que fez para compor suas alianças. Lembrou que o público majoritário das políticas sociais é a população negra, sendo a mais vulnerável juntamente com a população indígena, e que serão as que mais sofrerão com possíveis retrocessos. O povo negro de novo pagará a maior fatia da conta, concluiu.

Onaur Ruano (MDA) traçou um breve histórico das políticas de SAN e da ainda existente fragilidade democrática do país. Destacou que o governo não está se despedindo do que foi construído até hoje, voltará para a militância. O PLANSAN é um instrumento para a sociedade se balizar. A gestão atual voltará com o plano publicado como instrumento de controle sobre o próximo governo. O PLANSAN é um instrumento poderoso para quem vai monitorar o Governo.

Michele Lessa (MS) afirmou que foi inegável a contribuição da Política de SAN para a agenda da nutrição no MS. O apoio à implementação do SISVAN foi uma decisão importante. O diagnóstico sobre a situação nutricional das crianças não existia. Foram publicados o Guia Alimentar e o decreto sobre a regulação da publicidade de alimentos e aleitamento materno. Os atuais responsáveis e atores políticos militaram de forma expansiva na agenda e o legado



deixado não pode ser negado. Destacou a política sistemática de aumento real do salário mínimo e como isso impactou na vida da população.

Sônia da Costa (MCTI) contou sobre sua luta como professora de Instituto Federal e relatou seu histórico na construção das políticas de educação. Finalizou com mensagem de força para manutenção dos ganhos obtidos até então.

### **3. Apresentação e Deliberação sobre o PLANSAN 2016-2019**

Patrícia Gentil (SE-CAISAN) iniciou a apresentação do PLANSAN 2016-2019, destacando que sugestões de ajuste ainda poderiam ser feitas até o dia 09/05 e que o Plano será entregue à Mesa Diretiva do CONSEA na próxima reunião. Salientou que o Plano traz consigo toda a legitimidade do processo de construção, por meio da V Conferência de SAN e a anuência de todas as ações do Plano pelos órgãos.

Em seguida, passou a apresentar a estrutura do novo Plano, destacando que as metas estão mais claras e robustas que aquelas do antecessor, e que dessa forma comunicam à sociedade o que o governo pretende implementar na temática da SAN nos próximos 4 anos; traz também temas regulatórios e maior capacidade de monitoramento de agendas transversais. Informou que a SE-CAISAN irá levantar informações sobre a execução das ações do PLANSAN 2012-2015 e enviará um balanço aos órgãos.

Sobre a estrutura do PLANSAN 2016-2019, explicou que foi organizada a partir de nove desafios para a SAN, quais sejam:

Desafio 1 - Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional - Corresponde à Diretriz 1 da PNSAN;

Desafio 2 - Combater a Insegurança Alimentar e Nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural - Corresponde às Diretrizes 1, 2, 4, 5 E 6 da PNSAN;



**MACRO DESAFIO: Promoção de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis**

Desafio 3 - Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica – Corresponde à Diretriz 2 da PNSAN;

Desafio 4 - Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável – Corresponde à Diretriz 2 da PNSAN;

Desafio 5 – Promover e proteger a Alimentação Adequada e Saudável da População Brasileira, com estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias – Corresponde às Diretrizes 3 e 5 da PNSAN;

Desafio 6 - Controlar e Prevenir os Agravos decorrentes da má alimentação – Corresponde à Diretriz 5 da PNSAN;

Desafio 7 - Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural – Corresponde à Diretriz 6 da PNSAN;

Desafio 8 - Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersetorialidade e a participação social – Corresponde às Diretrizes 3, 8 da PNSAN e Diretriz SISAN;

Desafio 9 - Apoio a iniciativas de promoção da soberania, segurança alimentar e nutricional, do direito humano à alimentação adequada e de sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis em âmbito internacional, por meio do diálogo e da cooperação internacional – Corresponde à Diretriz 7 da PNSAN.

Em cada desafio existe um conjunto de temas relacionados às 8 Diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e suas metas e ações relacionadas. O capítulo referente aos indicadores e monitoramento dá destaque aos indicadores de resultado, deixando registrado que há a necessidade de revisão dos indicadores de referência hoje utilizados. Lembrou que é necessário ainda fazer a relação do Plano com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a indicação dos 167 municípios com alto grau de vulnerabilidade, identificado no estudo do MapaInsan, para focalização das ações no Plano.

Arnoldo de Campos (SE-CAISAN) comentou que, considerando a conjuntura, o Plano deveria ser instituído por decreto, pois o decreto presidencial estaria acima do pleno ministerial. Estava satisfeito que o novo Plano colocou vários indicadores de resultado, de impacto, não



sendo simplesmente físicos ou orçamentários. Também disse que casar o Plano com os ODS é essencial.

Milton Rondó (MRE) propôs criar um grupo de WhatsApp para que os que estão saindo do governo possam conjuntamente fazer o monitoramento, observando a execução do Plano. É necessário fomentar redes (instituições e sociedade) em SAN para monitorar. Será criada rede mundial de parlamentares pela SAN, no plenário da Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Além disso, há uma rede de operadores do Direito, a Associação Nacional de Juízes pela Democracia e a rede de chefs de cozinha comprometidos com a soberania alimentar.

Por fim, Arnaldo de Campos (SE-CAISAN) perguntou aos representantes presentes se havia algum impedimento para a aprovação do Plano. Não havendo questionamentos, declarou aprovado o II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (II PLANSAN).

#### **4. Apresentação de proposta de novo regimento da CAISAN**

Priscila Bocchi (SE-CAISAN) iniciou explicando que a proposta de Regimento Interno já havia passado pela CONJUR/MDS e o próximo passo seria a aprovação pelo Pleno Executivo e depois deliberação no Pleno Ministerial. A principal alteração proposta no Regimento Interno é na composição da CAISAN, que passaria a ter somente um Pleno, composto pelos ministros das pastas e, quando de sua ausência, pelos suplentes. Dessa forma, não existiria mais a divisão em Pleno Ministerial e Pleno Executivo, de acordo com o regimento vigente, levando assim a um maior fortalecimento da CAISAN como instância de gestão da PNSAN.

Arnaldo de Campos (SE-CAISAN) afirmou que o que acontece hoje é que não há deliberação no âmbito do Pleno Executivo e que ele funciona com um viés muito mais orientativo. Ademais, só havia ocorrido uma reunião do Pleno Ministerial desde que a CAISAN foi instituída demonstrando ser inviável reunir os Ministros para deliberarem todos os assuntos tratados na CAISAN. Destacou que a mudança proposta no regimento interno é necessária para dar mais agilidade ao processo decisório.

Michele Lessa (MS) se colocou favorável à mudança no formato de pactuação do Pleno no regimento interno.

Magaly Marques (Casa Civil) chamou a atenção para o quórum de dez representantes, conforme redação do regimento interno, como insuficiente para iniciar uma reunião do Pleno, alegando que isso enfraqueceria a instância. Foi acordada a redação “metade mais um” dos



**SE-CAISAN**

Secretaria-Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

representantes como corte para início da reunião. Também propôs que o parágrafo único do artigo nono virasse parágrafo primeiro, e o parágrafo segundo trouxesse o quórum para alteração do regimento interno, ficando a ser escolhido o critério de 2/3 dos representantes presentes ou maioria absoluta. No artigo 10, sobre a capacidade de deliberação do Pleno, houve a sugestão de, respeitado o quórum mínimo, deliberar com maioria simples.

Arnoldo de Campos (SE-CAISAN) declarou aprovado o regimento interno com as sugestões a serem consideradas.

Magaly Marques (Casa Civil) ainda complementou que é importante destacar o papel da CAISAN em receber deliberações do CONSEA, monitorar e cobrar as respostas, o que empoderaria a instância.

**5. Informes**

Marcelo Gonçalves (SE-CONSEA) informou que a reunião da Mesa Diretiva do CONSEA será nos dias 23 e 24 de maio, data inicialmente planejada para ocorrer XXII Reunião Plenária do CONSEA e que esta provavelmente seria marcada para julho; todavia, seria discutida na reunião a proposta de abreviar o período entre a Mesa Diretiva e a Plenária. Outra questão a ser tratada é que possivelmente haverá uma manifestação do CONSEA avaliando o contexto e uma definição de como o conselho pretende lidar com os próximos seis meses. Por fim, foi dito que sairá o decreto de prorrogação de mandato dos membros da sociedade civil do CONSEA, com duração até novembro.

Maria Albanita (MAPA) mostrou haver no MAPA dificuldade com o SISPLANSAN, devido à necessidade de viabilizar novos acessos. Ficou de conversar sobre o tema com a SE-CAISAN.

Nada mais havendo a tratar, às 17h30 deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou o presente relato que, depois de aprovado, será assinado.